
REFLEXÕES ACERCA DA VIDA ESCOLAR DE UMA CRIANÇA QUE VIVE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

MARIA DE FÁTIMA AMORIM [*mariafatima_rg2011@botmail.com*] E JORGE DA CUNHA DUTRA [*profidutraje@gmail.com*]

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar a vida escolar de uma criança que vive numa instituição de acolhimento. Para a realização da pesquisa foi utilizada como metodologia observações na instituição, entrevista com a criança acolhida, bem como entrevistas através de questionários com a Assistente Social da instituição de acolhimento e uma professora da escola onde a criança estuda. Foram utilizados como aporte teórico os autores Costa (2005), Guará (2005), Buffa, Teixeira e Rossetti-Ferreira (2010), entre outros. Os resultados obtidos com a pesquisa foram significativos, visto que revelaram aspectos relevantes, entre eles a forma como é conduzida a vida escolar de uma criança acolhida. As conclusões atingidas apontam para uma renovação em relação ao que se pensa e ao que se afirma sobre a vida escolar de uma criança que está vivendo em processo de acolhimento, haja vista que no momento em que é oferecido carinho, atenção e interesse pela vida escolar da criança acolhida, a mesma tende a ter um comportamento que a leva a viver de modo maduro e feliz.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Escola. Instituição de acolhimento. Afetividade.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada, no segundo semestre de 2014, para o trabalho de conclusão de curso do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Nosso trabalho centrou seu foco de investigação na vida escolar de uma criança que vive em uma instituição de acolhimento. Para realizar a pesquisa, escolhemos uma instituição localizada na zona central da cidade do Rio Grande/RS. A escolha pela respectiva instituição de acolhimento se deu pelo fato de a mesma estar localizada no centro e abrigar o número de aproximadamente 20 crianças em idade escolar.

Nosso interesse por realizar essa pesquisa deu-se pelo fato da experiência de observações que tivemos nas escolas, ao ter contato com crianças que vivem nesses abrigos. Inquietou-nos pensar como as professoras lidavam com essas crianças em certas datas comemorativas em que a família está muito presente nas celebrações, como, por exemplo, o dia das mães. Nesse sentido, o objetivo deste escrito é o de conhecer a vida escolar de uma das crianças que vive em uma casa de acolhimento da cidade do Rio Grande/RS.

Considerando que a vida escolar é uma etapa extremamente importante da infância, a qual necessita ser acompanhada pelos responsáveis, buscamos, por meio dos objetivos específicos, investigar se a instituição de acolhimento possui o hábito de olhar os cadernos, de saber as datas das avaliações, se comparecem nas reuniões e entregas de boletim, entre outras.

Diante disso, para uma melhor sistematização deste artigo, organizamos o mesmo em quatro seções. Na primeira, apresentamos a metodologia utilizada na investigação, situando o nosso campo empírico. Na segunda, resgatamos o histórico das casas de acolhimento a partir do final década de 1920 no Brasil, enfatizando as legislações que asseguram o direito a uma infância de qualidade. Na terceira seção, discorremos sobre a importância da afetividade no desenvolvimento da criança, visto que a mesma não pode faltar inclusive nas casas de acolhimento. Na quarta e última seção, realizamos a análise dos dados coletados, intercalando com algumas fundamentações teóricas. Por fim, concluímos o nosso trabalho com as considerações finais e, após, apresentamos as referências utilizadas como fonte de consulta e embasamento.

Para o educador, é importante estar a par de uma maior gama possível de situações que poderão fazer parte do seu cotidiano profissional. Diante disso a realização dessa pesquisa permitiu-nos que tivéssemos uma visão atualizada de como é a rotina escolar de uma criança que passa a infância, ou boa parte dela, numa casa de acolhimento.

Com essa proposta em mente, nossa investigação constituiu-se como sendo uma pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), tomando por base o estudo de caso (ANDRÉ, 2005), onde centramos-nos na experiência escolar de uma criança que vive em uma instituição de acolhimento. Para realizar com êxito a nossa proposta, utilizamos como instrumento a entrevista semiestruturada com a criança e a professora da escola, onde, ao longo da conversa, registrávamos em nossas anotações as respostas das mesmas. A assistente social da instituição de acolhimento foi entrevistada por meio de um questionário escrito, respondido por ela mesma (LAVILLE; DIONNE, 2008).

Para adentrar de modo significativo, buscando colher dados importantes, a entrevista, tanto semiestruturada, como de questionário, foi uma ferramenta de grande valor no desenvolvimento da pesquisa. Por meio da entrevista, conversamos com a professora para saber como é o relacionamento da menina, que vive na instituição, com ela, com os colegas e com as demais pessoas da escola. Também fizemos questionamentos, a fim de ficar a saber se há interesse por parte da instituição pela vida escolar da menina, se a aluna acolhida é assídua, se realiza as tarefas que vão para casa e, por fim, saber se a aluna apresenta alguma dificuldade de aprendizagem.

Para complementar a nossa investigação, utilizamo-nos também da observação na própria instituição de acolhimento, pois a mesma permite um

Privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas emitimos juízos sobre elas [...] Em nossas atividades quotidianas não há quase exemplos que não deixe espaço à observação (LAVILLE; DIONNE, 2008, p. 176).

Desta forma, no âmbito da instituição de acolhimento, realizamos algumas observações nas quais foi possível perceber como funciona a rotina e o relacionamento entre as crianças e funcionários. Nesta etapa, apenas registramos por escrito os fatos, sem fazer perguntas para as pessoas envolvidas no contexto do abrigo.

Buscando aprofundar a análise da instituição, entrevistamos a assistente social pelo fato da mesma ser a funcionária que tem o primeiro contato com os menores e está ciente dos motivos que levaram os pais a perderem o pátrio-poder. A assistente social foi entrevistada através de um questionário, pois a mesma julgou ser o melhor método. Segundo Laville e Dionne (2008, p. 186), por meio do questionário o entrevistado pode

[...] exprimir seu pensamento pessoal, traduzi-lo com suas próprias palavras, conforme seu próprio sistema de referências. Tal instrumento mostra-se particularmente precioso quando o leque das respostas possíveis é amplo ou então imprevisível, mal conhecido. Permite ao mesmo tempo ao pesquisador assegurar-se da competência do interrogado, competência demonstrada pela qualidade de suas respostas.

Por meio destes instrumentos investigativos, conseguimos alcançar o objetivo proposto por nossa pesquisa. Tanto as entrevistas como as observações, possibilitaram-nos conhecer parte da realidade da criança investigada e compreender de que forma a educação escolar perpassa a vida deste sujeito em fase de crescimento e amadurecimento para a adolescência.

Com relação a identificação das entrevistadas, escolhemos nomes fictícios¹. Desta forma, a criança será chamada de Vitória, a orientadora social de Esperança e a professora terá como nome Andréia.

2 BREVE HISTÓRIA DOS ORFANATOS NO BRASIL

A Iniciamos o nosso resgate histórico a partir do final da década de 1920. Segundo Moraes et al (2012, p. 508),

O Direito do Menor foi instituído em 1927, com o Código de Menores, conhecido como Código Mello Mattos, visando proteger os menores de 18 anos que se encontravam em situação de abandono moral e material. Esse código estruturou uma nova política social unificando as diversas leis de assistência e proteção, ao mesmo tempo que criou a cadeira de juiz de menores, preenchida pelo autor da lei.

Esse processo teve continuidade ao longo do governo provisório, iniciado em 1930. Nesse período a atenção dedicada aos menores era essencialmente de cunho assistencialista e repressor. As instituições abrigavam em sua maior parte crianças órfãs ou abandonadas pela família. Havia alguns abrigos que visavam atender crianças e menores que estavam cometendo delitos (NUNES et al, 2010).

Nessa época, as pessoas simplesmente entregavam seus filhos para adoção sem pensar no que poderia ocorrer na vida dessas crianças. Quando uma criança apresentava um comportamento no qual não estava de acordo com o esperado era muitas vezes punida e as razões que a levaram a agir dessa forma não eram consideradas e nem problematizadas.

¹ Visando assegurar o anonimato das mesmas, o nome das entrevistadas, bem como das instituições envolvidas, é fictício (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008).

Em 1964, com a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, passou a haver um olhar voltado para evitar que as crianças adentrassem numa vida sem regras e ficasse fora da criminalidade. A FUNABEM foi criada no mesmo ano em que o Brasil passou a ser governado pelos militares. Embora tivesse a imagem de um local voltado para assistir os menores carentes, a FUNABEM era vista pela a maior parte da sociedade como uma instituição que visava agir no sentido de acolher e corrigir criança e menores infratores (NUNES et al, 2010).

Na nossa avaliação, a criação da FUNABEM apresentou um aspecto negativo, pelo fato de que o menor que ficava abrigado na instituição era considerado um “eterno” infrator. Para ser considerada uma boa iniciativa, a criação da FUNABEM deveria ter critérios mais qualificados para atender a infância, a fim de dar aos seus internos orientação e não apenas correção.

A partir da década de 1970, “segmentos da sociedade brasileira começam a aderir à luta em prol da garantia de direitos de crianças e adolescentes, quando começa uma mudança de paradigmas no que tange aos direitos da criança e do adolescente no cenário nacional” (OLIVEIRA, 2012, p. 395). Este foi um período de declínio da ditadura militar, onde até a década de 1980 consolidava-se no Brasil o “processo de retomada da democracia e reconquista dos espaços políticos que a sociedade civil brasileira havia perdido” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 157).

Em 1985, inicia em nosso país a nova república, encerrando-se o período da ditadura militar (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011). O fortalecimento desses movimentos ganha força com a promulgação da Constituição de 1988, consegue-se importantes conquistas para a infância brasileira. Percebemos essa constatação ao ler o seguinte artigo da carta magna:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a, negligência discriminação, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

No mesmo artigo ressaltamos o capítulo que diz que “a adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros” (BRASIL, 1988, Art. 227, §5º).

Está contido na Constituição, também, que “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 1988, Art. 227, §6º). É de fato importante haver esses destaques relativos à infância, contidos na Constituição, visto que existe o cuidado para que a criança “desamparada” tenha uma infância de qualidade ao ser inserida em alguma nova família. Na questão da adoção, é de suma importância que se tenha um rigoroso critério de avaliação por parte de quem receberá a criança, ainda mais quando a família é estrangeira, pois ao ser adotada por estes, muitas vezes, a criança passa a viver em outro país fazendo com que os órgãos competentes brasileiros percam o vínculo com a família que efetuou a adoção.

É muito importante, também, que esteja previsto na lei o direito assegurado para crianças nascidas de relacionamentos independentes do casamento, pelo fato de que muitas crianças ficaram desamparadas antes de entrar em vigor essa lei². É relevante, também, assegurar os direitos para os filhos adotados e atribuir punições a quem agir com desrespeito, tanto para com quem é adotado, como para quem é fruto de relacionamentos considerados não oficiais.

Dando continuidade a análise histórica, após dois anos de muita luta para consolidar os direitos da criança e dos adolescentes, no ano de 1990 foi implantado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). O ECA assegurou de forma abrangente os direitos para uma infância melhor.

A criação do ECA foi bastante positiva para manter e implantar os direitos das crianças, porém consideramos que precisam haver ações mais enérgicas e eficientes por parte dos conselheiros tutelares, dos promotores e dos juízes que atuam no sentido de manter assegurado os direitos da infância, visto que a exploração do trabalho infantil, entre outras, ainda apresenta um número muito expressivo em nosso país (REPÓRTER, 2013).

Em relação à criança institucionalizada, o ECA assegura, em seu artigo 92, alguns princípios para a organização de programas de abrigo. Para o ECA, os abrigos precisam oferecer ao adolescente e à criança um atendimento personalizado e em pequenos grupos, desenvolver atividades em regime de coeducação, participação na vida da comunidade local, não separar grupos de irmãos e preservar vínculos afetivos (BRASIL, 1990). A permanência do vínculo afetivo nem sempre é possível, pelo fato de algumas crianças e adolescentes terem sido tiradas de suas famílias devido à negligência e maus tratos (MPF, s/d).

Após a promulgação do ECA, ocorreram mudanças significativas nas instituições de acolhimento. As principais são: adequações na qualidade da equipe de funcionários, redução do número de crianças atendidas, mudança no regime de atendimento, alteração do perfil idade\sexo do atendido, ampliação do atendimento com a família e comunidade e ampliação das relações institucionais com o poder judiciário (GUARÁ, 2005).

No município onde realizamos a pesquisa, constatamos que, atualmente, existem seis instituições voltadas a atender crianças que são encaminhadas pela ação do conselho tutelar. São elas: O Lar da Criança Raio de Luz, a Casa dos meninos, a Casa das meninas, a Casa do Menor, a Casa de Passagem e o Lar Maria Carmen. A nossa investigação foi desenvolvida em uma dessas instituições. O nome da mesma será preservado, por razões éticas (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008).

3 A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA VIDA DA CRIANÇA ACOLHIDA

Acreditamos que a criança que vive em uma casa de acolhimento precisa de muita atenção e carinho por parte das pessoas que passam a fazer parte da sua vida de forma cotidiana, como também merecem uma atenção especial por parte dos professores, na escola. Entendemos que a partir do

2 Um exemplo desse abandono é “roda dos excluídos”. Para saber mais, cf. Costa (2005).

momento em que uma criança é retirada da sua família e passa a viver numa casa de acolhimento, certamente ela estará carente e amedrontada perante o novo modo de vida, que, talvez, possa ser até melhor do que a vida que tinha com a sua família.

Quando a criança é entregue para viver num lugar onde irá conviver com pessoas desconhecidas, cabe aos responsáveis pela sua permanência no local propiciar um ambiente em que a afetividade se sobressaia para que a criança se sinta segura. Defendemos esse posicionamento, por compreender que a afetividade “é um dos principais elementos do desenvolvimento humano. As emoções têm papel fundamental no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o ser humano exterioriza seus desejos e suas vontades” (FREIRE, s/d, p. 2).

Sentir-se seguro é essencial para qualquer pessoa, independente da idade, desenvolver o seu potencial intelectual, visto que

As construções intelectuais são permeadas passo a passo pelo aspecto afetivo e ele é muito importante. Tal aspecto diz respeito aos interesses, motivações, afeto, facilidades, esforço, ou seja, ao conjunto de sentimentos que acompanha cada ação realizada da criança. A afetividade é o motor das condutas (PIAGET apud NASCIMENTO; PRATTI, 2011, p. 15).

A chegada de uma criança num abrigo e até mesmo a existência de abrigos para atender crianças e adolescentes é, muitas vezes, um momento de tristeza, pois toda criança deveria viver em um lar juntamente com seus pais e familiares. Toda criança merece nascer tendo amor, carinho e condições dignas de sobrevivência, visto que

A convivência familiar é um direito fundamental, conferido a todas as pessoas, de viver no seio de uma família capaz de proporcionar afeto, carinho e cuidado necessários para se viver com dignidade. Se assim é para as pessoas em geral, para crianças e adolescentes esse direito adquire uma relevância vital, uma vez que ele é fundamental para a própria formação do ser humano que está em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2012, p. 413).

Desta forma, quando a criança chega em um abrigo, ela almeja viver o que não viveu em seu lar, deseja a atenção e o afeto que muitas vezes não teve de seus pais ou responsáveis.

Quem convive com uma criança que mora num orfanato precisa estar ciente que seu trabalho representa muito na vida de um ser que está ansioso pela felicidade e que precisa de carinho e de uma atenção especial. A criança e o adolescente que moram num abrigo, se forem rejeitados, maltratados e se não se sentirem queridos no local em que vivem, acabarão, muitas vezes, transformando essa rejeição em sentimentos ruins dentro de si. Dessa forma, eles podem se enveredar para o mundo da violência e do crime.

A sociedade, por meio do senso comum, pensa apenas que o que importa para as crianças que vivem em um abrigo é não sofrer maus tratos, ter uma residência estruturada que não lhes falte alimento e que receba nas datas comemorativas a visita de pessoas que lhes dão alguns presentes e lhes oferecem

almoços especiais. Isso é uma parte muito pequena, perto da importância que tem o carinho e a atenção no desenvolvimento dessas crianças.

Além do ambiente da instituição de acolhimento, existe também o ambiente da escola. A vida escolar é uma etapa muito importante, pois a criança passa a ter novos relacionamentos e a conhecer um universo diferente do ambiente familiar. Geralmente, a criança nos seus primeiros anos de vida tende a sentir-se segura na companhia dos pais, e quando começa a brincar, brinca sempre próximo da casa. Seus amigos são quase sempre vizinhos e quando se sentem ameaçados correm para o lar. Quando chega a hora de ir para a escola, muitas crianças têm medo pelo fato de saber que ficarão distante de casa e que terão que se adequar ao um sistema de relacionamento desconhecido. Do mesmo modo, entendemos que as crianças abrigadas, ao frequentarem a escola, e por viverem em um orfanato, apresentam muitos sentimentos “sufocados”, por não saber, muitas vezes, a quem falar, já que os adultos com quem convivem são passageiros em suas vidas. Nesta situação, percebemos a importância da existência do afeto na escola. Ao abordar sobre esta temática, Freire (2002, p. 159) argumenta o seguinte:

E o que dizer, mas sobretudo que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e afetividade. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade.

Na cidade do Rio Grande, segundo uma pesquisa realizada em 2005, já havia mais de 100 crianças vivendo em casas de acolhimento em idade escolar. Segundo Costa (2005, p. 34), “É perceptível no Município a fragilidade das políticas públicas em relação à infância Pobre”. Diante desse quadro, a realidade da criança acolhida não pode ser ignorada.

Percebemos que há uma preocupação em satisfazer as crianças somente em relação às datas comemorativas. A sociedade lembra-se da infância pobre realizando eventos principalmente no Natal, quando pedem para a comunidade doar brinquedos que não interessam mais às crianças com uma situação financeira melhor. Acreditamos que além disso, deveriam haver políticas públicas mais eficientes voltadas para orientar as famílias no sentido de mantê-las com todos os componentes do núcleo familiar, visto que há crianças que saem do seio familiar por razões econômicas e não por situações de violência.

Quando efetuamos algumas observações em escolas, para realizar uma atividade acadêmica de uma das disciplinas do curso, tivemos conhecimento de que um aluno foi retirado da família pelo fato

do pai estar desempregado. O aluno era participativo, aplicado e mantinha um bom relacionamento com todos. Ao ser levado para o abrigo, deixou de ser quem era e passou a ter um comportamento agressivo, apático e seu desempenho escolar baixou de forma significativa. Para a escola, o aluno deveria se adaptar a nova vida, pelo fato que estava vivendo em condições melhores. Segundo a professora, o abrigo era o melhor, pois assim não lhe faltaria alimentação. A conduta da professora demonstra despreparo e ausência de consciência afetiva ao que se refere às necessidades da infância.

Há por parte da sociedade que possui “melhores condições financeiras”, um olhar preconceituoso e errôneo em relação aos menos favorecidos e infelizmente a escola, sendo parte do sistema social, acaba reproduzindo essa violência sentimental. Não se pode esquecer que se as crianças estão em situação de exclusão é provável que suas famílias também estejam (COSTA, 2005). A vida escolar de uma criança precisa ser orientada por pessoas que saibam proceder diante de situações que possam acontecer de forma inesperada.

Segundo Costa (2005, p. 32), “A situação da criança e do adolescente toma contornos dramáticos em nosso país, não só pela crise econômica, mas também pelo descaso e abandono como vem sendo tratada sempre relegada ao um segundo plano”. No Brasil apesar de serem significativos os esforços para que seja dada a infância carente melhores condições de vida, ainda há muito a ser feito, uma vez que muitas ações só amenizam o problema e não resolvem de fato as adversidades pelas quais sofrem a infância.

A escola, por ser um local onde são estabelecidas diversas relações, pode servir tanto para a construção e o fortalecimento de preconceitos, como sua desconstrução. Nesse caso, a educação pode ser utilizada como instrumento de inclusão quando rompe o compromisso com uma categoria idealizada de alunos e passa aceitar a diversidade oferecendo condições compatíveis com tais diferenças (BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 2010).

Partindo dessa premissa e pelo fato de ter tido contato com uma escola que há muitos anos recebe constantemente alunos oriundos dessa realidade social, podemos afirmar que há na escola pesquisada uma conduta voltada para cada educando, respeitando suas especificidades de vida. Tendo como intuito pesquisar a vida escolar de uma criança que vive numa instituição de acolhimento, pensamos, previamente, que esse local necessita estar em consonância com os órgãos que estabelecem as normas e regras para que seja garantida aos menores uma melhor condição de vida.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção analisamos as respostas das entrevistas realizadas com uma das meninas que reside na instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, como também das entrevistas realizadas com a assistente social da instituição e com a professora da menina que reside na instituição. Visando trazer dados que sejam de relevância para a pesquisa, escolhemos essas pessoas, pois julgamos ser importante mostrar seus sentimentos, olhares e visões a partir do contexto em que as mesmas estão inseridas.

Iniciando a análise da resposta da criança, percebemos que a mesma respondia com um tom receoso. Na medida em que falava, ela nos questionava:

Vocês não vão falar para as tias, né? (Vitória).

Perguntamos, primeiramente, sobre como era o relacionamento dela com os colegas e com a professora. Vitória nos disse que adorava estar na escola e que todos a tratavam muito bem. Por conhecer a índole dos profissionais que fazem parte da escola, e que estão em contato direto com as crianças, já supúnhamos que a menina era bem tratada por todos, uma vez que a escola preza por cuidar todos os alunos de forma semelhante, procurando passar esse pensamento para seus educandos.

Com relação a instituição de acolhimento, Vitória nos relatou que as funcionárias da instituição são bravas e que se uma criança briga, ou faz qualquer coisa que esteja fora das regras, todos são penalizados. Julgamos que essa atitude seja precipitada, pois lembra muito as antigas instituições que recebiam a incumbência de tratar as crianças como infratores, castigando-as com a intenção de torná-las “crianças educadas”. Acreditamos que com o avançar do tempo e com o amplo acesso a informações que temos atualmente, a instituição deveria tomar uma postura de maior diálogo, ou de maior diretividade com relação às crianças que provocaram o “tumulto”, para que as demais não sejam penalizadas em virtude de uma minoria.

Perguntamos para ela sobre quem a ajudava nas tarefas escolares. Vitória respondeu que quem ajuda é a tia³ que fica mais tempo com elas. Ela disse que tem vezes que muda de tia, mas sempre tem uma que fica junto na mesa para todo mundo fazer os temas juntos. Analisando sua resposta, pensamos ser positiva esta presença da funcionária, pois mesmo havendo a alternância de servidoras, as crianças não ficam desassistidas, tendo com isso um acompanhamento da suas vidas escolares.

A seguir, questionamos: Quem vai te assistir quando tem apresentação de festa junina e de fim de ano, por exemplo? Vitória disse que são as tias que atendem na frente (a equipe técnica da instituição). Segundo a menina,

Elas fazem tudo para nós (Vitória).

Ao ouvir essa afirmação, percebemos que há uma relação de gratidão por parte da menina, a qual também demonstra que está sendo bem tratada. Vitória nos relatou, de forma espontânea, que não gosta muito de morar na instituição pelo fato de ter que fazer, às vezes, o que não está com vontade como, por exemplo, dormir de tarde, assistir televisão e fazer os temas. Sobre as atividades da escola ela falou que tem dia que tem um trabalho ou um tema que ela deseja fazer em uma determinada hora, mas tem que esperar o horário que as tias determinam. Quando chega o momento, ela perdeu a vontade ou esqueceu o que iria fazer.

³ Expressão utilizada pela criança para se referir às cuidadoras.

Neste sentido, entendemos que essa

resistência às regras denota a não aprendizagem e interiorização dos limites impostos por figuras de autoridade, indiciando padrões irregulares e disfuncionais do funcionamento familiar e possivelmente práticas educativas permissivas, baseadas na ausência de limites e baixa monitorização (COUTINHO; SANI, 2010, p. 640).

Por se tratar de uma instituição, compreendemos que é preciso haver regras para que seja mantida a organização, uma vez que há muitas crianças em idade escolar. Para que todas possam ser atendidas em relação às atividades escolares é preciso cumprir as regras da instituição.

Em suma, ao analisarmos a entrevistada e as suas respostas, percebemos que a mesma é uma criança meiga, educada e em seu semblante não há marcas de rebeldia e agressividade. Seu comportamento é semelhante ao das demais crianças da sua idade, não destoando das crianças que estão nessa faixa etária. Ela tem oito anos, está cursando o segundo ano do ensino fundamental e não apresenta dificuldade de aprendizagem e de relacionamento. Apesar das adversidades que a vida lhe reservou, ela se mostra uma criança alegre e cheia de esperança, para conquistar seus desejos.

Após a conversa com a menina, entrevistamos a Assistente Social, chamada Esperança. A Assistente trabalha na instituição há um ano e quatro meses. Esperança é uma pessoa muito prestativa e bastante envolvida com o seu trabalho.

Quando fomos até a instituição, para entregar-lhe o questionário, ela preferiu responder as perguntas na nossa presença. Esse fato foi positivo, pois tivemos a oportunidade de tecer comentários e realizar novos questionamentos que surgiram em decorrência das respostas dadas.

Inicialmente perguntamos: Quais os aspectos negativos que consideras ao desenvolver o teu trabalho? Ela respondeu o seguinte:

Com as crianças, de certa forma, há como manejar melhor, porém, me falta preparação para trabalhar com adolescentes dependentes químicos que hoje são o maior público desta faixa etária (Esperança).

Consideramos preocupante essa afirmação, pois nos passou a impressão de que não há um controle em relação à conduta desses adolescentes que vivem no mesmo local em que há a presença de crianças que muitas vezes foram afastadas de seus lares para ficarem longe da influência perigosa do uso de drogas. Após, perguntamos: *Como é realizado o acompanhamento da vida escolar das crianças acolhidas?*

Como qualquer criança, com reuniões normais ofertadas pela escola, comunicação via agenda e telefone (Esperança).

A fala da assistente social denota interesse e comprometimento da instituição pela vida escolar das crianças que residem na instituição, visto que a mesma se mantém a par do andamento escolar das crianças. A seguir, questionamos: *Quem fiscaliza dia de prova, tema, agenda, entre outros?*

As cuidadoras do turno (Esperança).

Pudemos observar que há uma escala de profissionais. Quando recebemos essa resposta, questionamos Esperança para saber se há uma comunicação entre as cuidadoras sobre essas atividades. Ela disse que desconhece essa informação. Consideramos isto como um ponto bastante negativo tanto por parte da assistente social, como das cuidadoras, pois acreditamos que as mesmas deveriam manter a equipe técnica sempre ciente sobre esse assunto. Mais adiante, questionamos: *Como lidam quando um aluno está tendo um baixo rendimento escolar e quando está se comportando mal na escola?*

Com diálogo e incentivos. Tentamos o método de troca também quando há mau comportamento (Esperança).

Concordamos com o diálogo e com os incentivos, mas não consideramos positivo o método da troca pelo fato de considerar que dessa forma a criança não está sendo orientada e sim “chantageada”. Desta forma, ela só fará as atividades se ganhar alguma recompensa, o que faz com que essa associação ganhe significado quando for “algo de interesse”, porém quando a criança não receber alguma recompensa que ela considere significativa, não terá vontade de realizar os seus compromissos. Por fim, perguntamos: *Como lidas quando se um acolhido não deseja ir à escola?*

A primeira tentativa sempre o diálogo e o sistema de troca (Esperança).

Mais uma vez aparece a questão da troca, embora exista a primazia pelo diálogo. O diálogo é positivo, enquanto a troca faz com que a criança não se conscientize dos seus erros e não perceba a importância de ir para a escola, pois se a criança for para a escola através do “sistema de troca” ela está pensando naquilo que “irá receber” por ir à aula.

A assistente social demonstra muita vontade de fazer com que a vida das crianças que moram no abrigo seja semelhante a de qualquer outra criança, demonstrando, inclusive, interesse em relação a vida escolar das mesmas. Consideramos muito positivo constatar que Esperança relata que a equipe técnica da instituição procura estar sempre em contato com a escola e que os mesmos procuram não deixar de cumprir compromissos, demonstrando para a criança que há, por parte da instituição, o desejo de acompanhar a sua vida escolar.

Dando sequência as entrevistas, damos seguimento a análise da fala da professora Andréia, que leciona há 12 anos na escola e há cinco anos vem se dedicando ao segundo ano do ensino fundamental. Para começar, *perguntamos para ela o seguinte: quantos alunos acolhidos havia na aula e qual a idade deles?*

Na aula há apenas uma aluna, de oito anos (Andréia).

Inicialmente, pensamos que teriam mais alunos na aula, pois nessa escola, em outras épocas, houve um número maior de crianças acolhidas. Ficamos felizes em saber que a quantidade de crianças diminuiu, uma vez que essa queda nos leva a crer que muitas crianças retornaram para suas famílias ou

foram adotadas. Continuando a entrevista, perguntamos: *como essa aluna se relaciona com os colegas, contigo e demais pessoas que fazem parte da escola?*

Muito bem. É uma menina tranquila, obediente, inteligente, é muito responsável (Andréia).

Ao conversar com a professora sobre a aluna Vitória, chegamos a conclusão de que caso não soubéssemos a idade da mesma, pensaríamos que as qualidades atribuídas pela professora seriam designadas para uma criança mais velha, visto que em nenhum momento Andréia disse que a menina gostava de brincar. Não estamos querendo afirmar com isto, que Vitória não possa ter as qualidades citadas pela professora, mas como também tivemos a oportunidade de conversar com a menina, reparamos que ela costuma conviver mais com as pessoas adultas. Isto explica o fato da professora não mencionar as brincadeiras, quando se refere a menina. Prosseguindo com a entrevista, buscamos saber se a aluna é assídua, pontual e se realiza sempre as tarefas que vão para casa.

Nunca chega atrasada! Quando faltou foi por doença. A atividade para casa tem dias que vem incompleta (Andréia).

A fala da professora demonstra a responsabilidade da instituição de acolhimento, porém a mesma falha ao deixar a aluna ir para a escola com as atividades incompletas, em alguns dias. Apesar de a menina ir para a escola com as atividades incompletas, é preciso ressaltar a responsabilidade pelo fato de que a aluna não chega atrasada e que quando faltou, foi por problemas de saúde. A seguir, procuramos saber se a aluna possui alguma dificuldade de aprendizagem. A professora relatou que:

Ela está aprendendo a ler sem dificuldade e a escrever da mesma forma, apenas apresenta um pouco de dificuldade em matemática (Andréia).

A capacidade de aprendizagem da menina faz com que se desfaça a visão que algumas pessoas têm a respeito da vida escolar das crianças abrigadas. Há um pensamento de que quem vive em orfanato não possui uma vida escolar exitosa. A resposta da professora mostra o contrário e permite-nos perceber que às vezes o preconceito nos faz construir argumentos que subestimam a capacidade daqueles que conseguem desenvolver um bom trabalho, mesmo “aparentando” não ter condições para tal desempenho. Após, perguntamos: Como é o relacionamento entre a casa de acolhimento e a escola?

Nos relacionamos bem. Eu não tenho queixa, mas sei que com outras colegas há problemas em relação às tarefas que vão para casa (Andréia).

O relacionamento entre a escola e a casa de acolhimento é, de fato, positivo. Percebe-se, assim, que a instituição de acolhimento opta sempre em colocar as crianças nessa escola, e a escola, por sua vez, também não aponta aspectos negativos da instituição, apenas realizando críticas construtivas, a fim de que ambas possam oferecer o melhor para as crianças. Para finalizar a entrevista, buscamos saber se os responsáveis pela casa de acolhimento se interessam pela vida escolar das crianças. A professora disse:

Eles cumprem com as obrigações e me atendem quando os solicito. Não costumam perguntar pela vida escolar dela, mas percebo que estão a par de tudo que é relativo à escola (Andréia).

Na nossa análise, percebemos que há interesse da instituição pela vida escolar da menina. No momento em que estão a par de tudo que é relativo à escola e que sempre atendem as solicitações da professora, fica comprovado o interesse, o qual não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma obrigação.

Concluindo nossa análise, entendemos que a fala da Andréia foi extremamente relevante para o nosso processo investigativo, no sentido de que tivemos a oportunidade de avaliar a visão da professora em relação ao que diz respeito à Vitória, como também perceber o olhar dela sobre os profissionais da casa de acolhimento. Considerando as respostas da professora, a análise que fazemos do perfil escolar da criança nos permite dizer que a mesma é uma aluna muito dedicada e que demonstra gostar da escola, da professora e de seus colegas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a nossa pesquisa, consideramos ter atingido o nosso objetivo, que era o de conhecer a vida escolar de uma criança acolhida. Para que fosse possível emitirmos um parecer a respeito da vida escolar de uma criança, foi preciso saber como era a sua vida fora da sala de aula. Nisto, foi nos assegurado pela instituição de acolhimento a oportunidade de observar a rotina da criança durante o tempo que a mesma permanecesse fora da escola.

Acreditamos que o bom relacionamento que há entre a criança e as funcionárias, como também a afetividade demonstrada pelas funcionárias em relação criança e o interesse da instituição pela vida escolar da menina, fazem com que a mesma tenha uma vida escolar semelhante ao que se deseja para todas as crianças.

O comportamento da menina na escola reflete a personalidade de uma criança que, apesar de viver de forma atípica dos demais, não difere do grupo de crianças que convivem com ela na escola. Ela possui um bom relacionamento com todos que estão dentro círculo escolar. Segundo sua professora, ela é uma aluna inteligente, tranquila e muito responsável; além de não possuir dificuldade de aprendizagem.

Os relatos que ouvimos sobre a vida escolar de Vitória e as constatações realizadas nos levaram a concluir que no momento em que é oferecido carinho, atenção e interesse pela vida escolar da criança acolhida, a mesma tende a ter um comportamento que a leva a viver de modo maduro e feliz. Desse modo, sua vida escolar passa a ser permeada por momentos de satisfação, felicidade e entusiasmo por estar na escola.

A realização desse trabalho além de ter nos proporcionado um relevante conhecimento relativo à vida escolar de uma criança acolhida, nos trouxe uma significativa experiência sobre essa temática. A partir dessa vivência, nossa prática docente ganhará mais qualidade, uma vez que a pesquisa nos oportunizou um

conhecimento mais amplo sobre a realidade escolar, abrindo-nos espaço para exercer a docência com uma visão mais completa sobre os desafios que poderemos encontrar ao longo da nossa trajetória profissional na rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria dos métodos. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> . Acesso em: 17 nov. 2014.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 17 nov. 2014.
- BUFFA, Carolina Gobato; TEIXEIRA, Sueli Cristina de Pauli; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Vivências de exclusão em crianças abrigadas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), p. 17-34, 2010.
- COSTA, Arlete da. Um estudo sobre o impacto das (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2005.
- COUTINHO, Maria José; SANI, Ana Isabel. Casa abrigo: a solução ou o problema? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 4, pp. 633-641, out.-dez. 2010.
- FREIRE, Angela. Contribuições teóricas de Henry Wallon (1789-1962). Secretaria da Educação, Prefeitura Municipal de Salvador. s/d. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-alfabetizar-letrar/lecto-escrita/artigos/referencial%20teorico%20-%20-%20Wallon.pdf>> . Acesso em: 15 jul. 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 22 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Dilemas e avanços da política de abrigo no Brasil. *Children and Youth in Emerging and Transforming Societies. International Conference. University of Oslo, Norway. June 29 – July 3, 2005*. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/Dilemas%20e%20avan%C3%A7os%20da%20pol%C3%ADtica%20de%20abrigamento%20no%20Brasil.pdf> . Acesso em: 24 nov. 2014.
- LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *Pesquisa Metodológica: do projeto à implementação*. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Reimpressão 2008. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 10 ed. rev. e ampl. 4 reimp. São Paulo: Cortez, 2012.

MPF. Ministério Público Federal. Turminha do MPF. Como é a vida de crianças e adolescentes nos abrigos? s/d. Disponível em: <<http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/convivencia-familiar-e-comunitaria>> . Acesso em: 24 nov. 2014.

MORAES, Mayara Cristina Muniz Bastos et al. Saúde mental de cuidadores de abrigos para adolescentes com transtornos psiquiátricos ou neurológicos. *Trab. Educ. Saúde*, v. 10, n. 3, p. 507-525, nov. 2012.

NASCIMENTO, Lucíola Ribeiro; PRATTI, Rosineia Carvalho Bicario. Pedagogia da afetividade no processo de ensino aprendizagem. 54f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Escola de Ensino Superior Anísio Teixeira, Serra, 2011.

NUNES, Joana et al. O cotidiano de adolescentes abrigadas no oratório festivo São João Bosco – Oratório de bebê. *Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais (UNIT)*, v. 12, p. 183-198, 2010.

OLIVEIRA, Gabriela Brandt de. O direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos – o MCA como instrumento efetivo para implantação deste direito. In: MPRJ. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Censo da população infante juvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MPRJ, 2012.

REPÓRTER Brasil. Brasil livre de trabalho infantil: contribuições para o debate sobre a eliminação das piores formas do trabalho de crianças e adolescentes. São Paulo: Repórter Brasil, 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/BRASILLIVREDETRABALHOINFANTIL_WEB.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. 4 ed. 1 reimp. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.